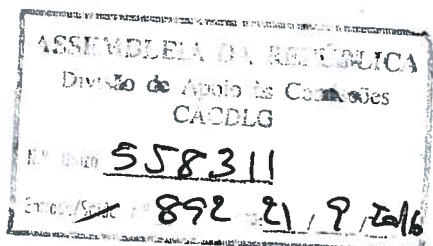


Na reunião de 21 de setembro de 2016, foi aprovado por unanimidade, na comissão do PEV.

Grupo Parlamentar



Exm.º Senhor Deputado

PEDRO BACELAR DE VASCONCELOS

M. I. Presidente da Comissão de Assuntos
Constitucionais, Direitos, Liberdades e
Garantias:

Exm.º Senhor Presidente,

Em edição de 10 de Agosto p.p., o jornal “Correio da Manhã” deu conta de que o Ministro das Finanças iria travar a formação de 500 novos polícias, alguns dos quais já pré-seleccionados, viabilizando apenas a formação de 300 polícias de um conjunto de 800 inicialmente previstos.

Ora, a formação destes 800 polícias foi um processo iniciado pelo anterior Governo, que o atual Primeiro-Ministro se comprometeu a finalizar, mas que acaba inviabilizado pelo Ministro das Finanças devido a constrangimentos orçamentais, ainda de acordo com a referida notícia.

Esta decisão prejudica os agentes policiais em funções, já insuficientes para as missões que lhes estão confiadas, prejudica a PSP, que vê gorada qualquer pretensão de renovação do efetivo e, em última análise, prejudica o próprio Governo, que demonstra conviver bem com o incumprimento de compromissos assumidos em matéria diretamente relacionada com a segurança dos cidadãos.

Igualmente, em edição de 14 de Setembro do jornal “Correio da Manhã”, somos informados que a PSP espera, há 7 meses, que o Ministro das Finanças dê parecer favorável à abertura de sete concursos de promoção que abrangerão cerca de dois mil agentes, das patentes de agente, chefe, comissário e intendente.

Aliás, a própria Ministra da Administração Interna tem confirmado às associações sócio-profissionais da PSP a sua total incapacidade de interferir em assuntos relacionados com a vida dos profissionais das forças e serviços de segurança, totalmente nas mãos do Ministro das Finanças.